

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.371 - SP (2019/0166221-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : API SPE39 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE
EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311
YUN KI LEE - SP131693
FABIO RIVELLI - SP297608
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO
PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 15A VARA CÍVEL DE CAMPO
GRANDE-MS
INTERES. : STEFFANY MARTINEZ DE MATTOS
ADVOGADO : ALLAN VINICIUS DA SILVA - MS015536

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito positivo de competência suscitado por API SPE 39 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e OUTROS, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação, e do JUÍZO DE DIREITO DA 15A VARA CÍVEL DE CAMPO GRANDE-MS, no qual tramita o cumprimento de sentença 0824018-20.2015.8.12.0001 movido por STEFFANY MARTINEZ DE MATTOS.

As suscitantes postularam, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o patrimônio das recuperandas, a suspensão da execução em trâmite no Juízo de Direito da 15ª Vara Cível de Campo Grande - MT, bem assim a declaração da competência do Juízo recuperacional.

Deferido o pedido liminar, foi sobrestada a execução, designando-se, temporariamente, o juízo da recuperação para decidir sobre as medidas urgentes.

Superior Tribunal de Justiça

Expedidos ofícios aos suscitados, foram prestadas as devidas informações pelos juízos suscitados.

Parecer do MPF, fls. 851/853 (e-STJ), opinando pela declaração de prejudicialidade do conflito por perda superveniente do objeto.

É o relatório.

Decido.

Considerando as informações prestadas pelo juízo da execução individual (e-STJ, fls. 2.738/2.744), datadas de 25/09/2019, noticiando que revogou integralmente a decisão que ensejara o presente Conflito de Competência e decretando a extinção do cumprimento de sentença, deve-se extinguir o presente conflito.

Ante o exposto, julgo extinto o presente conflito de competência por perda superveniente de objeto.

Revogo a liminar concedida às fls. 1.556/1.558 (e-STJ).

Expeçam-se ofícios aos Juízos envolvidos no conflito, com cópia da decisão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator